

PSYCHOLOGY IS WHITE: ETHNIC-RACIAL IMPLICATIONS FOR TRAINING IN PSYCHOLOGY¹

A PSICOLOGIA É BRANCA: IMPLICAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS PARA A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA

Milena Stoever Bittencourt² e Diogo Faria Corrêa da Costa³

ABSTRACT

The present study sought to understand the role of Psychology within ethnic-racial relations from a social focus. Based on a literature review, the general objective was to research the insertion of the theme ethnic-racial relations for training in Psychology in Brazil. In addition, the specific objectives are: discuss the psychological impacts of racism in individual and collective spheres; investigate weaknesses in training in Psychology on the theme of ethnic-racial relations; and to study the performance of Social Psychology from ethnic-racial issues. It was possible to demonstrate that racism exerts a great psychological influence on the individual, groups and social relationships, infringing low self-esteem, as well as hate/oppression/exclusion and other stressful consequences that interfere with the mental health of the affected people. Furthermore, it appears that the Brazilian curricula in Psychology remain flawed in dealing with racial issues, approaching them with insufficiency during graduation. The conclusion leads that there are still great challenges for training in Psychology with a view to becoming an instrument of liberation and understanding of the effects of racism in society and in the production of subjectivity, showing that racial relations deserve more attention in undergraduate courses in order to really instigate more critical-reflective professionals with practical performance that is aligned with the Brazilian reality.

Keywords: Psychology; Teaching; Social Psychology; Racism.

RESUMO

O presente estudo buscou compreender o papel da Psicologia dentro das relações étnico-raciais a partir de um enfoque social. Fundamentado em uma revisão da literatura, constituiu-se como objetivo geral pesquisar a inserção do tema relações étnico-raciais para a formação em Psicologia no Brasil. Além disso, os objetivos específicos são compostos por: discutir os impactos psicológicos do racismo nas esferas individual e coletiva; investigar as fragilidades na formação em Psicologia acerca da temática das relações étnico-raciais; e estudar a atuação da Psicologia Social a partir das questões étnico-raciais. Foi possível evidenciar que o racismo exerce uma grande influência psicológica no indivíduo, grupos e relações sociais, produzindo baixa autoestima, relações de ódio/opressão/exclusão e demais consequências estressoras que interferem na saúde mental das pessoas atingidas. Ademais, constata-se que os currículos brasileiros em Psicologia permanecem falhos ao tratar de questões raciais, abordando-as com insuficiência ao longo da graduação. Conclui-se que ainda impera grandes desafios para a formação em Psicologia com vistas a se tornar instrumento de libertação e compreensão dos efeitos do racismo na sociedade e na produção de subjetividade, evidenciando que as relações raciais merecem mais atenção nos cursos de graduação a fim de realmente formar profissionais mais crítico-reflexivos com atuação prática mais condizente com a realidade brasileira.

Palavras-chave: *Psicologia; Ensino; Psicologia Social; Racismo.*

1 Artigo de revisão de literatura.

2 Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade Franciscana - UFN. E-mail: milenastoever@gmail.com

3 Docente do Curso de Psicologia da Universidade Franciscana - UFN. Orientador do trabalho. E-mail: diogo.costa@ufn.edu.br

INTRODUÇÃO

O racismo, enquanto fenômeno, diz respeito a uma construção social ideológica, consistindo no preconceito com base em percepções negativas de um determinado grupo étnico ou racial - o qual é, tipicamente, marginalizado. É um efeito multifatorial e intersubjetivo, o qual cria barreiras contra o desenvolvimento pleno individual e comunitário, afetando a sociedade brasileira desde seus primórdios (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, 2016).

Com base nisto, a Psicologia, como ciência da subjetividade humana, é essencial no estudo das relações étnico-raciais. A partir de subsídios consistentes e do diálogo com demais áreas do conhecimento - como Antropologia, História, Sociologia, Filosofia -, a Psicologia como um todo se mostra primordial para a compreensão de fenômenos convergentes ao racismo - como apatia social, efeitos psíquicos da discriminação, vínculos, entre outros (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, 2016).

Considerando que a população brasileira é extremamente diversa e miscigenada, é de se esperar que a Psicologia seja capaz de abordar questões étnico-raciais com facilidade e maestria. A realidade, entretanto, é oposta: embora a Psicologia preocupe-se historicamente em investigar como a presença de outros indivíduos afetam uma determinada sociedade - mantendo um constante diálogo com as dinâmicas contemporâneas - tal área frequentemente se esquiva e se ausenta de temas que envolvem o racismo, a discriminação, o preconceito, mesmo compreendendo que esses fenômenos provocam sequelas e sofrimentos psíquicos individuais e coletivos (CARONE; BENTO, 2007). Tal fato é perceptível a partir da desvalorização de autores negros nos estudos em Psicologia, bem como na desconsideração das questões sociais e étnicas nas práticas clínicas. As autoras seguem ao mencionar os trabalhos de Maria Aparecida da Silva Bento, a qual demonstra, em sua dissertação de mestrado, que, por muito tempo, a questão racial foi tratada a partir de um olhar branco, que revela muito mais a sua própria psicologia (sua dimensão projetiva do outro) do que aquela do negro.

Trata-se de uma herança ainda muito presente nas práticas e na formação em Psicologia. Herança que remete ao surgimento dessa nova ciência que, para tornar-se legítima, ancorou-se no paradigma epistemológico do positivismo cartesiano. Conforme afirmam Reis e Guareschi (2013, p. 260), a Psicologia “[...] ainda se volta para a abordagem clássica, em que o ensino é tecnicista e preocupado com a sofisticação dos procedimentos e do conhecimento dos equipamentos auxiliares do diagnóstico, tratamento e cuidado [...]”, homogeneizando saberes hegemônicos, tomando-os como naturais e universais. Configuram-se, assim, teorias para sujeitos abstratos, descontextualizados, quase que apolíticos, neutralizados de história e passado. Nesse aspecto, surge o campo epistemológico e de pesquisas da Psicologia Social que fará críticas a essa concepção de sujeito, considerando-o como produto e produtor da história, da subjetividade, das identidades, com pressupostos metodológicos que buscam romper com a ideia de neutralidade científica e da separação entre sujeito e objeto (REIS; GUARESCHI, 2013).

Além disso, o currículo brasileiro nos cursos de graduação em Psicologia carece de fontes que abordem questões raciais com integridade e maior profundidade. As disciplinas dos cursos de Psicologia nas universidades brasileiras ainda estão muito impregnadas de teorias com forte presença colonialista - sendo compostas quase que inteiramente de autores homens, brancos e europeus. Embora renomados, tais autores “[...] construíram conceitos para manejar as subjetividades brancas com foco no sofrimento psíquico” (VEIGA, 2019, p. 245), falhando em compreender as questões psicológicas sob outras óticas que não a do homem branco.

Considerando que cerca de 67% dos/as psicólogos/as brasileiros/as são brancos/as (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013), a abordagem das relações étnico-raciais no ensino de Psicologia é essencial para a melhor atuação do/a profissional. Afinal, além de auxiliar fortemente na compreensão do indivíduo, o estudo das relações étnico-raciais também é uma demanda para psicólogos/as que precisam lidar com a própria racialidade em um contexto de maioria branca.

Dessa forma, a investigação desta conjuntura foi realizada a partir de uma revisão narrativa, com orientação explicativa, no interesse de compreender a atuação do/a psicólogo/a diante de tais questões no Brasil. Tal discussão se faz essencial, uma vez que a Psicologia é uma importante ferramenta na compreensão de fenômenos sociais a partir de seus efeitos psíquicos nas esferas individual e coletiva. Desta forma, com um foco social e considerando a relevância e contemporaneidade da temática, o objetivo do presente estudo é pesquisar a inserção do tema relações étnico-raciais para a formação em Psicologia no Brasil.

METODOLOGIA

O presente estudo utiliza, como procedimento metodológico, a revisão narrativa de literatura com orientação explicativa. De acordo com Bernardo, Nobre e Jatene (2004), a escolha de tal método possibilita um caráter ampliado, com maior proveito e síntese qualitativa na escolha da narrativa utilizada. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica fornece flexibilidade ao pesquisador, possibilitando uma carga teórica ampla e variada.

Sendo assim, este trabalho utilizou-se de livros e artigos científicos nacionais e internacionais - em inglês e português - em material digital. Para buscas de ferramentas externas, as principais palavras-chaves utilizadas foram: formação em Psicologia, ensino, Psicologia Social, racismo e relações étnico-raciais. Os critérios de inclusão foram artigos publicados nos idiomas português e inglês que abordassem questões raciais a partir da Psicologia Social, datados dos últimos dez anos (2012-2022). Os critérios de exclusão foram: duplicidades, artigos cujo tema não contemplasse os objetivos e ênfases propostos neste estudo, que não fossem acessíveis de forma livre e gratuita, que não estivessem disponíveis em meio digital e literaturas cinzentas - isto é, informação produzida e publicada em meios não convencionais, com controle bibliográfico ineficaz e de baixo padrão de confiabilidade.

A escolha da não utilização de literatura cinzenta foi dada a fim de evitar o viés de confirmação a partir de fontes não fidedignas.

Ademais, confere-se que as bases de dados mais consultadas foram SciELO Brasil e Google Acadêmico. A SciELO, Scientific Electronic Library Online, é uma biblioteca eletrônica online de livre acesso a publicações digitais de periódicos científicos brasileiros. Já o Google Acadêmico é um mecanismo virtual de pesquisa que organiza e lista textos da literatura acadêmica. Os artigos selecionados baseiam-se em métodos majoritariamente qualitativos, com apenas dois estudos de abordagens baseadas na revisão literária.

RESULTADOS

A partir da metodologia utilizada, foram selecionados seis (06) estudos que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão, organizados de acordo com a tabela a seguir. A discussão está organizada em torno dos principais temas derivados da análise bibliográfica. Desse modo, a discussão iniciará abordando o racismo como fenômeno social e suas repercussões psicológicas, seguido das possibilidades de atuação da Psicologia Social, em interface com as relações étnico-raciais, finalizando com a discussão acerca da formação em Psicologia.

Quadro 1 - Artigos e estudos selecionados para análise principal.

TÍTULO	AUTORES	REVISTA E ANO	METODOLOGIA
Desigualdade, relações raciais e a formação de psicólogo(as)	Alessandro de Oliveira dos Santos; Lia Vainer Schucman	Revista EPOS; 2015	Estudo qualitativo do tipo descritivo exploratório
A Temática Racial na Formação em Psicologia a partir da Análise de Projetos Político-Pedagógicos: Silêncio e Ocultação	Tatiana Gomez Espinha	Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação; 2017	Pesquisa qualitativa documental
Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta	Lucas Motta Veiga	Fractal: Revista de Psicologia; 2019	Revisão bibliográfica
Formação em psicologia e a educação das relações raciais: um estudo sobre os currículos de graduação em psicologia em Porto Alegre e região metropolitana	Jéssyca da Rosa Santos Barcellos	Tese (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia; 2016	Abordagem comparativa
Percepções de Estudantes sobre o Debate das Relações Raciais na Formação em Psicologia	Jamille Georges Reis Khouri; Marilda Castelar	Psicologia: Ensino & Formação; 2016	Estudo qualitativo de revisão bibliográfica e pesquisa de campo
Provocações Pós-Coloniais à Formação em Psicologia	Jaileila Araújo Menezes; Saiane Silva Lins; Juliana Vieira Sampaio	Psicologia e Sociedade; 2019	Estudo qualitativo

Fonte: Construção dos autores

DISCUSSÃO

RACISMO COMO FENÔMENO E SUAS IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS

Raça é um conceito definido segundo critérios biológicos. É uma construção sociopolítica sem base concreta, uma vez que não é possível definir geneticamente diferentes raças humanas. Não à toa, raça, enquanto construto social, é definida como uma “forma de identidade baseada numa ideia biológica errônea, mas eficaz socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios” (GUIMARÃES, 1999, p. 153).

Racismo, contudo, não é conceitual: deriva de fatos históricos concretos. Remete à História de interação entre diferentes povos e se liga a conflitos reais (WEDDERBURN, 2007). No Brasil, o racismo possui dimensões sociais diversas, as quais estruturam-se desde a entrada dos europeus no território.

Inicialmente, marcada por exploração e desconhecimento, a história brasileira inicia-se formalmente com uma visão eurocêntrica da nação - sendo narrada, frequentemente, a partir do “descobrimento” do país e ignorando os primórdios dos povos originários nacionais. Durante todo o processo colonial, o racismo enraizou-se na cultura brasileira com a exploração de determinadas populações. Disso, acompanhou-se extermínio, discriminação e exclusão para com as mais diversas populações que divergissem do padrão eurocêntrico. Durante a Expansão Marítima e o subsequente período colonial supracitado, o conceito de raça foi criado por europeus a fim de legitimar a subjugação dos povos. Um grande esforço técnico-científico foi feito nessas estruturas, com a criação do chamado “darwinismo social”, seguido de demais artifícios que supostamente justificariam o abuso praticado contra pessoas não-brancas (SEYFERTH, 2018).

Após a abolição da escravidão, introduziu-se a ideia de “democracia racial”, criada e organizada por homens brancos, pautada na então liberdade dos homens negros. Entretanto, mesmo 400 anos após a escravidão, ainda não foi possível recuperar os danos materiais, sociais e psicológicos sofridos por pessoas negras. Nesse sentido, Santos e Schuman (2015, p. 128) explicam o conceito de democracia racial como forma de diminuir e invalidar as questões relacionadas ao racismo:

Tal mito, difundido a partir de 1930 por parte da elite intelectual brasileira, baseia-se na ideia de que haveria uma convivência harmoniosa entre brancos e negros no Brasil, fruto da miscigenação e do fato de que aqui não houve formas explícitas de segregação racial como, por exemplo, o apartheid nos EUA e na África do Sul.

Mesmo com o mito da democracia racial, é inegável que subjugação à condição de escravidão produziu efeitos devastadores nas subjetividades de pessoas negras (VEIGA, 2019). A retirada da comunidade, a proibição de sua língua e a restrição de laços afetivos são apenas algumas das consequências da escravidão, as quais previram a perda da própria identidade do homem negro. Essas consequências psicológicas, marcadas à brasa pela escravidão e pela subjugação do negro diante do

branco, criaram cicatrizes geracionais - as quais continuam a afetar, até hoje, o homem e a mulher negra no cenário brasileiro. Vive-se em um país perpetuador de preconceitos e discriminações, e isto tem efeitos nocivos sobre as subjetividades negras. Nesse sentido, Souza (1983, p. 6) aborda com excelência o efeito do racismo na relação do negro com si mesmo: “A partir do momento em que o negro toma consciência do racismo, seu psiquismo é marcado com o selo da perseguição pelo corpo-próprio. Daí por diante, o sujeito vai controlar, observar, vigiar este corpo que se opõe à construção da identidade branca [...]”.

Com isso, a Psicologia possui uma dívida com seu próprio projeto epistemológico no nosso país, visto que ainda perpetua-se uma formação elitizada, branca e eurocentrada que mantém muitas das marcas enraizadas por séculos no psiquismo e nas relações sociais. A partir do exposto, é possível perceber com clareza a influência do racismo como perpetuador dos problemas relacionados à autoestima e rejeição, impactando profundamente a saúde mental. Para Veiga (2019), a experiência da negritude é marcada pelo desprezo que a branquitude projetou sobre essas vidas negras. “Ódio que, introjetado nas subjetividades negras, resulta num doloroso processo de auto-ódio” (VEIGA, 2019, p. 246). Não apenas isso, mas o estresse como um precursor histórico, o olhar preconceituoso e as demais dimensões do racismo também promovem um fator de vulnerabilidade social, ocasionando em agravamento das situações psíquicas já fragilizadas.

Para Barcellos (2016), os mitos e preconceitos criados frente à população negra são mecanismos racistas psicológicos que produzem tanta violência quanto os físicos. Ainda, entende que é a partir da violência psicológica que perpetua-se a física. Assim, é impossível compreender o racismo sem entender, também, os ataques subjetivos ao homem negro. O racismo não apenas inferioriza, mas introjeta a inferioridade no negro. Zamora (2012), citado por Barcellos (2016, p. 15), também “descreve os ataques psicológicos como assassinatos simbólicos”.

É interessante, ainda, compreender que a demanda do racismo não surge sempre de forma direta e objetiva. Para Espinha (2017, p. 22), “O sofrimento aparece junto a um emaranhado de outras dores que, por vezes, acomete até mesmo o estado físico da pessoa”. Dessa forma, a condição de vulnerabilidade atravessa as vivências do medo, ansiedade e restrições nos modos de vivência, resultando em implicações psicológicas profundas - muitas delas, inclusive, incapazes de serem percebidas a nível clínico. A partir disso, o trabalho do/a profissional de saúde, em especial do/a psicólogo/a, deve ser pautado a partir do conhecimento das relações étnico-raciais, a fim de promover, se não uma melhora ativa e um auxílio integral à mulher negra e ao homem negro, ao menos uma escuta mais coerente e próxima da realidade experienciada por essas pessoas.

(D)EFICIÊNCIA DA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA FRENTE ÀS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS

Ao falar de Psicologia no Brasil, percebe-se um fato curioso: embora a Psicologia se proponha a estudar a subjetividade - em grupos ou individualmente -, uma opressora maioria dos currículos não contempla intelectuais negros em suas bibliografias, ou sequer aborda a saúde mental da população negra. Na verdade, as teorias utilizadas pela maioria dos profissionais de Psicologia são advindas de países europeus, propondo uma universalização infundada do ser humano. Nesse sentido, Nascimento (2009) comenta a respeito das ciências humanas - nascidas e desenvolvidas para povos e contextos diferentes - questionando se seria possível que a ciência social elaborada na Europa e Estados Unidos fosse tão universal em sua aplicação a ponto de se mostrar útil e eficaz na elaboração do conhecimento do negro, em sua realidade existencial e seus problemas.

O mito da democracia racial brasileira produziu a falsa ideia de que todos são iguais. Frantz Fanon, psiquiatra e filósofo político, é um dos principais autores a criticar essa visão dentro da Psicologia. Em seu livro “Pele Negra, Máscaras Brancas”, o autor questiona o despreparo da Psicologia como um todo diante das questões étnico-raciais: “Obedecendo a uma exigência dialética, deveríamos nos perguntar até que ponto as conclusões de Freud ou de Adler podem ser utilizadas em uma tentativa de explicação da visão de mundo do homem de cor.” (FANON, 1952/2008, p. 127). Tais conclusões referem-se às construções teóricas dos autores acerca do funcionamento do psiquismo e da própria noção de inconsciente largamente utilizados como parâmetros para o entendimento da subjetividade, reduzindo sua expressão a um certo tipo de sujeito universal e abstrato. O autor segue ainda sua crítica constatando que uma criança negra normal, a qual cresce no seio de uma família normal, se tornaria anormal ao menor contato com o mundo branco. Assim, as formas de subjetivação da população negra são frequentemente confundidas como patológicas - suas expressividades e comportamentos são considerados inadequados.

Tais análises, muito reais e precisamente ignoradas pelos grandes psicólogos sociais, se mostram como um ponto crítico a ser debatido na Psicologia Social. Afinal, se torna impossível compreender o sujeito internamente sem antes compreender seu meio, história e fatores epistemológicos de sua constituição. Além disso, ao tratar da formação e do exercício da Psicologia no Brasil, lutar contra o racismo também exige aceitar que a Psicologia brasileira é branca. Ao limitar-se aos estudos europeus sobre saúde mental e sofrimento psíquico, a Psicologia brasileira deixa de abordar devidamente cerca de 54% da população nacional - a qual é composta por negros e negras (VEIGA, 2019). Isso sem contar com demais questões étnicas - como as grandes populações asiática e indígena também presentes no país.

Embora a opressão e a discriminação produzidas pelas desigualdades de classe e gênero sejam crescentes objetos de investigação da Psicologia Social no Brasil, o estudo das relações raciais permanece muito nebuloso e pouco explorado. Ao lado de gênero e classe social, a raça é uma das categorias que diferencia e hierarquiza as pessoas na sociedade. Entretanto, mesmo hoje, parece haver uma falta de interesse das questões raciais como variáveis importantes para o ensino em Psicologia (SANTOS; SCHUCMAN, 2015). Diante disso, surge o questionamento: será que a formação em Psicologia incentiva esses/as profissionais a atuarem com compromisso para a diminuição das desigualdades raciais? Estaremos produzindo discursos e práticas (d)eficientes para compreender, atuar e produzir diferença nas vidas de pessoas atingidas pelo racismo?

A pergunta é retórica: no estudo realizado por Santos e Schucman (2015), o autor e a autora apontam com excelência a falta de temas relacionados às temáticas raciais dentro da formação em Psicologia no Brasil. A partir de uma entrevista com diversos estudantes, a pesquisa demonstra que a discussão acerca do racismo e demais relações étnicas se dá somente de forma pontual, sem abordar a questão com profundidade (SANTOS; SCHUCMAN, 2015). Além disso, o mesmo estudo indica que o tema não costuma ser tratado com devido cuidado e, na maioria das vezes, é abordado como um assunto periférico - sem uma atenção maior ou presença sistemática nos currículos.

Da mesma forma, o estudo proporcionado por Barcellos (2016) - o qual realizou uma análise de currículo de dezoito cursos de graduação em Psicologia -, apontou que somente seis grades curriculares apresentaram disciplinas que trabalham com questões raciais. Desses, apenas um apresentava o assunto em disciplina obrigatória. Esses dados, mais uma vez, indicam a negligência dos cursos de Psicologia diante de temas étnico-raciais, desconsiderando debates vitais para a formação de qualquer profissional da área.

De acordo com Santos e Schucman (2015), é possível perceber essa lacuna na formação em Psicologia principalmente no que tange à visão universalista que algumas disciplinas utilizam para compreender o ser humano e a subjetividade, ignorando considerações históricas e sociais que condicionam o desenvolvimento do indivíduo. A falta de temas acerca de questões étnico-raciais aliada ao currículo composto majoritariamente de autores brancos europeus configura uma grande falha educacional para a compreensão holística do ser humano como um indivíduo biopsicossocial, uma vez que, durante a graduação, se nada ou muito pouco é visto acerca de determinado assunto, reconhecer sua relevância é muito mais difícil posteriormente, durante a atuação profissional.

Assim, é possível afirmar que existe um afastamento entre a formação profissional e a demanda refletida pelos grupos sociais menos favorecidos. Espinha (2017) constata que essas novas demandas advindas de problemas sociais são pouco trabalhadas, distanciando a Psicologia de suas intenções originais. Da mesma forma, Khouri e Castelar (2016) apontam que, ainda hoje, os/as profissionais da Psicologia denunciam grande dificuldade em reconhecer o racismo como causa de sofrimento psíquico. Uma vez que a Psicologia se apresenta como uma ciência comprometida com as demandas

da sociedade contemporânea, se faz essencial que o/a psicólogo/a compreenda essas problemáticas e seja capaz de atuar frente a elas - seja no contexto clínico ou comunitário/social. Ademais, quando se discute a formação em Psicologia, é necessário que se determine claramente o contexto social que será considerado, evidenciando a ideologia que marca as relações e os modos de existir - ser e estar - no mundo (ESPINHA, 2017). Afinal, a naturalização das desigualdades raciais é um triste fenômeno ainda presente no curso de Psicologia e no ambiente de ensino-aprendizagem.

Na formação em Psicologia, existe uma crescente tendência de desvalorização de temáticas históricas, sociais e filosóficas em prol de uma valorização técnica, cada vez mais demandada pelo mercado de trabalho (ESPINHA, 2017). Ao se aliar com o sistema de produção capitalista, a formação do/a psicólogo/a desloca o sujeito de seu contexto histórico e social, prevalecendo o modelo de homem individualista - advindo da própria clínica tradicional. Assim, ao ignorar temáticas sociais, como é o caso do racismo, a Psicologia fomenta técnicas que se preocupam somente em “tratar” indivíduos desajustados, restringindo problemas sociais à esfera psicológica e adotando uma visão psicologizante da realidade. Muitas vezes, essa situação reduz “aquilo que é social a uma queixa psicológica, culpando a própria pessoa pela situação que vive” (ESPINHA, 2017, p. 22).

Na graduação em Psicologia, são estudados teóricos brancos, que, por sua vez, basearam suas pesquisas em pessoas brancas. Em seguida, essas teorias da subjetividade e constituição da psique foram generalizadas para todo ser humano, negando a diferença de formação de sujeito para pessoas negras (BARCELLOS, 2016). Nisso, nega-se também todo o sofrimento enfrentado por pessoas não brancas, a partir de um discurso falacioso de “democracia racial”.

O processo de produção de conhecimento dentro da Universidade envolve a eleição de determinados autores para serem trabalhados ao longo da graduação. Essa lista, de modo geral, envolve teóricos classificados como clássicos e autoridades em determinadas temáticas. Nesse processo cabem alguns questionamentos: quem elege os clássicos e a partir de quais perspectivas e realidades? (MENEZES; LINS; SAMPAIO, 2019, p. 3).

É possível relacionar essa predominância de autores brancos no currículo de Psicologia com a perspectiva de relações de poder perpetuadas na sociedade, como, por exemplo, as relações de opressor-oprimido, mandante-mandatário, comando-comandado (FERREIRINHA; RAITZ, 2010). Assim, quando se analisam as relações entre o homem branco e o homem negro, é possível perceber uma relação assimétrica de poder - onde um subjuga e o outro é subjogado. E, a partir disso, ocorre também uma prevalência de estudos teóricos com enfoque na visão do homem branco. Conforme apontam Figueiredo e Grosfoguel (2009, p. 228), a produção do conhecimento “[...] em todas as universidades ocidentais, privilegia a epistemologia eurocêntrica da geopolítica do conhecimento. Essa epistemologia contribui para encobrir as hierarquias de poder raciais hegemônicas nos espaços universitários”.

Assim, considerando as lacunas dos currículos de Psicologia em tratar de questões raciais, nos questionamos: como profissionais psicólogos/as, com base apenas na sua formação, poderiam

se considerar preparados/as para lidar com o racismo? Uma forma de responder a esse problema, entretanto, parece óbvia e até mesmo muito simples: a contextualização da história. Como um ponto básico para o início da formação em Psicologia, a discussão histórica e epistemológica desta área do conhecimento no Brasil pode contribuir para uma compreensão mais holística do ser humano e do próprio campo de estudo.

A partir daí estaríamos de fato falando sobre as relações raciais, em que abordariamos não somente questões referentes à exclusão e à exploração da população negra, mas também aos processos de manutenção das desigualdades sociais pela elite branca e às dimensões de privilégio desta que se recusa até hoje a falar sobre o assunto (ESPINHA, 2017; p. 24).

Uma adequação no ensino em Psicologia, no sentido de acréscimo às perspectivas histórico contextuais desta ciência, se apresenta fundamental para ampliar a atuação do/a profissional e entender a origem e o estabelecimento de determinadas teorias. Ademais, a compreensão da evolução da Psicologia favorece, também, uma formação mais crítica e reflexiva.

A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL E SUAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A Psicologia dentro da esfera das ciências humanas é um campo que vem se dedicando de forma ativa para a elaboração conceitual sobre o preconceito. Uma vez que o preconceito é construído socialmente - impregnado na cultura e estruturante do cotidiano -, a superação de tal problemática precisa, também, ser comunitária (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, 2016). Com o grande potencial (e foco) de estudo das questões psicossociais, é primordial que a Psicologia Social utilize, também, de suas funções e referenciais teóricos para o aprofundamento das temáticas raciais.

Considerando que ao longo dos anos a contribuição da literatura psicológica foi insatisfatória no que concerne às questões raciais, pode-se afirmar que a Psicologia no Brasil ainda possui uma dívida nesse quesito. De acordo com Espinha (2017), a ciência psicológica chegou a legitimar o racismo científico a partir da Psicometria e da Craniometria - reproduzindo discursos sobre inferioridade intelectual e emocional da população negra. Essa parte da história, contudo, não é mencionada na formação.

A psicologia e a antropologia foram instrumentos fundamentais de dominação, de justificação durante anos. Por outro lado, oferecem-nos um referencial interessante para compreendermos que todo conhecimento é situado historicamente do ponto de vista da cultura sob a qual é produzido (ROLAND, 2005, p. 42 e 43).

Historicamente, a Psicologia é marcada pela indiferença diante do racismo. Wedderburn (2007) afirma que essa insensibilidade é justamente um dos principais produtos do racismo. Em suas palavras, “um mesmo indivíduo, ou coletividade, cuidadoso com a sua família e com os outros fenotipicamente

parecidos, pode se angustiar ante a doença de seus cachorros, mas não desenvolver nenhum sentimento de comoção perante o terrível quadro da opressão racial.” (WEDDERBURN, 2007, p. 11).

Assim, por mais que as teorias racistas já tenham sido desacreditadas, algumas áreas dentro da Psicologia seguem perpetuando o racismo e utilizando de teorias e técnicas que excluem (ESPINHA, 2017). É justo por isso que a formação em Psicologia deve necessariamente abordar sua história e contextos, evidenciando suas problemáticas e a modificação que a ciência desempenhou ao longo dos anos. Apesar de ter atuado, historicamente, aliada às ideologias de darwinismo social, ainda é possível acreditar na Psicologia como instrumento para o processo de libertação.

De acordo com Martín-Baró (1996), o psicólogo historicamente atua como uma solução alternativa para os conflitos sociais, visando modificar o indivíduo em favor da preservação da ordem social. Nesse caso, o autor sugere que se deve refletir acerca do que o psicólogo deve ser - e não o que é - frente às necessidades dos povos. Nisso, sugere-se um exame crítico do papel do psicólogo, utilizando da conscientização da realidade e uma mudança na sua relação com o meio e os demais. Assim, entende-se que o horizonte primordial da psicologia deve ser a conscientização, centralizando a psicologia em um correlato dialético entre o âmbito pessoal e o social. Para isso, contudo, é necessário que haja uma maior atuação e pesquisa acerca de questões étnico-raciais. Dessa forma, é possível afirmar que cabe à Psicologia - em especial à Psicologia Social - a prontidão para contribuir com pesquisas e intervenções adequadas a toda e qualquer população e dor psíquica (DAMASCENO; ZANELLO, 2018). Nesse sentido, a ajuda psicológica é fundamental, também, para o sofrimento psíquico em decorrência do racismo. Uma vez que todo/a o/a psicólogo/a irá se deparar, ao menos uma vez, com o tema das relações raciais ao longo de sua atuação profissional, é essencial que se entenda a influência da cor da pele sobre a subjetividade e identidade do ser humano.

É importante citar, ainda, que "combater o preconceito e a discriminação racial derivados do racismo está diretamente relacionado ao acolhimento e humanização na assistência, temas caros aos(as) psicólogos(as)" (SANTOS; SCHUCMAN, 2015, p. 121). Acrescenta-se ainda não só acolhimento e humanização como ao próprio processo de criação e manutenção de barreiras de acesso, de todas as formas, às pessoas de cor nos serviços de saúde. A ausência do olhar crítico do/a profissional, impossibilita a percepção de processos de preconceito presentes nesse sofrimento psíquico de pessoas negras (DAMASCENO; ZANELLO, 2018).

Posto isso, pode-se afirmar que a Psicologia Social foi, na década de 1930, pioneira nos estudos de relações raciais (Santos *et al.*, 2012; citado por DAMASCENO; ZANELLO, 2018), e ainda é a área de Psicologia que mais produz nessa temática (Martins *et al.*, 2013; citado por DAMASCENO; ZANELLO, 2018). Além disso, a partir dos anos 70, com a chamada “Crise da Psicologia Social”, os estudos sociais na Psicologia foram, lentamente, voltados e contextualizados para a população brasileira. Nessa época, iniciou-se as discussões raciais no país - marcando os primórdios de uma luta contra o racismo. Nesse sentido, Lages *et al.* (2014, p. 4) afirmam que:

A psicologia social, a partir da sua vertente social crítica, tem o compromisso de dar visibilidade às desigualdades sociais, às ideologias que estigmatizam e oprimem as minorias, e de construir um conhecimento que possibilite sua articulação com as políticas públicas, levantando as prioridades, denunciando as violações dos direitos humanos em todos os campos de atuação do ser humano.

Entretanto, mesmo diante de tantos progressos, percebe-se que os estudos étnico-raciais permanecem abafados e pouco retratados na literatura nacional - estipulando um desafio a ser superado pela Psicologia e pelos grandes centros acadêmicos que se propõem a examinar fenômenos sociais a partir dos pressupostos psicossociais. Como evidenciado pelos currículos de graduação, ainda há muito a evoluir no que tange às questões raciais.

Para Espinha (2017, p. 111), “as produções teóricas em Psicologia ainda estão significativamente ligadas a um modelo de ser humano fundamentado no eurocentrismo”. Assim, ainda é necessária uma sensibilização durante a formação para que estudantes compreendam as relações sociais nacionais e desenvolvam conhecimentos que estejam em sintonia com a realidade brasileira (ESPINHA, 2017).

CONCLUSÕES

O presente estudo buscou compreender qual o papel da Psicologia Social nas relações étnico-raciais, pesquisando principalmente a inserção do tema relações étnico-raciais para a formação em Psicologia no Brasil. Inicialmente, este artigo permitiu um diálogo acerca dos impactos do racismo nas esferas individual e coletiva. Evidencia-se que o racismo atua como um perpetuador dos problemas relacionados à autoestima e rejeição. Além disso, exerce um fator de vulnerabilidade o qual torna mais grave as situações psíquicas já fragilizadas - representando uma grande ameaça ao indivíduo.

Foi possível verificar também que ainda há uma grande lacuna nos currículos universitários, os quais frequentemente falham em abordar questões raciais em sua integridade. Essa falta, aliada ao currículo composto majoritariamente de autores brancos europeus, demonstra uma fragilidade educacional para a compreensão holística do ser humano. Não somente isso, mas demonstra um afastamento entre a formação profissional e a demanda da comunidade negra brasileira. Além disso, percebe-se também uma resistência geral da Psicologia enquanto campo de estudo em ocupar-se do racismo como fenômeno na sociedade brasileira.

Com base em tais análises, este trabalho evidenciou também o papel do/a psicólogo/a frente as relações étnico-raciais, como um profissional que estuda e trabalha com a subjetividade. Além disso, demonstra um papel particularmente importante para o/a psicólogo/a social, uma vez que o preconceito construído socialmente necessita de uma superação também social.

Tendo em vista o exposto, conclui-se que o racismo na sociedade brasileira é altamente prejudicial de forma individual e comunitária. Além disso, constatou-se que existe, de fato, uma falha nos

currículos em Psicologia em abordar tais questões. Nesse caso, uma adequação no ensino em Psicologia - no sentido de acréscimo às perspectivas étnico-raciais nesta ciência - se apresenta fundamental para a compreensão da atuação do/a profissional. Assim, fica claro que se faz essencial aprimorar os currículos de Psicologia de forma que contemplem o racismo e suas implicações sociais e individuais, promovendo uma formação mais crítica e reflexiva. Recomenda-se, portanto, uma maior atenção pelos grandes centros de estudo e pesquisa no que tange às questões étnico-raciais, bem como a produção de novos estudos que abordem o tema, a fim de garantir uma Psicologia mais democrática e inclusiva.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, J. R. S. **Formação em psicologia e a educação das relações raciais**: um estudo sobre os currículos de graduação em psicologia em Porto Alegre e região metropolitana. Orientador: Raquel da Silva Silveira. 2016. 36 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3VzkVKn>.

BERNARDO, W. M.; NOBRE, M. R. C.; JATENE F. B. **A prática clínica baseada em evidências**: parte II - buscando as evidências em fontes de informação. *Rev Assoc Med Bras* 2004; 50(1): 104-108. Disponível em: <https://bit.ly/3AUBCrN>

CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Orgs.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 3. ed., Petrópolis: Vozes, 2007.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA (CRP) - 8ª REGIÃO. **Caderno de psicologia e relações étnico-raciais**: diálogos sobre o sofrimento psíquico causado pelo racismo. Conselho Regional de Psicologia - 8ª Região: Curitiba, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3uaV1RK>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Uma profissão de muitas e diferentes mulheres**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3GUsMOA>

DAMASCENO, M. G.; ZANELLO, V. M. L. **Saúde Mental e Racismo Contra Negros**: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. *Psicol., Ciênc. Prof.* (Impr.) 38 (3), Jul-Sep 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3gNudE4>.

ESPINHA, T. G. **A Temática Racial na Formação em Psicologia a partir da Análise de Projetos Político-Pedagógicos**: Silêncio e Ocultação. Orientadora: Ângela Fátima Soligo. 2017. 233 f. Tese (doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campina, Campinas, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3gETcJH>

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRINHA, I. M. N.; RAITZ, T. R. **As relações de poder em Michel Foucault**: reflexões teóricas. *Rev. Adm. Pública* 44 (2), 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3VARUOB>.

FIGUEIREDO, A.; GROSGOUEL, R. **Racismo à brasileira ou racismo sem racistas**: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. *Soc. e Cult.*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 223-234, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3ATrvU8>.

GUIMARÃES, A. S. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

KHOURI, J. G. R.; CASTELAR, M. **Percepções de Estudantes sobre o Debate das Relações Raciais na Formação em Psicologia**. *Psicologia: Ensino & Formação*, Ago/Dez, 2016, 7 (2): 53-62. Disponível em: <https://bit.ly/3UiJsCm>.

LAGES, S. R. C., *et al.* **Pesquisas em Psicologia Social no Campo da Saúde da População Negra no Brasil**. *Revista de Psicologia da UNESP* 13(1), 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3ETWv7Y>

MARTÍN-BARÓ, I. **O Papel do Psicólogo**. *Estudos de Psicologia* 1996, 2(1), 7-27. Disponível em: <https://bit.ly/3XGkJel>.

MENEZES, J. A.; LINS, S. S.; SAMPAIO, J. V. **Provocações Pós-Coloniais à Formação em Psicologia**. *Psicologia e Sociedade* 31, e191231; 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3uaaRMo>

NASCIMENTO, A. Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira. In: NASCIMENTO, E. (Org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 197-218. Disponível em: <https://bit.ly/2AkFnbF>

REIS, C.; GUARESCHI, N. M. F. A formação em Psicologia: desafios para a inserção profissional nas políticas públicas de saúde. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Entre Garantia de Direitos e Práticas Libertárias**: [s. ed.], Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3VzcbE1>

ROLAND, E. **Violência racial - a história precisa ser recontada (entrevista)**. Diálogos - psicologia, ciência e profissão, ano 2, n. 2, p. 40-45, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3Vgg1SX>

SANTOS, A. O.; SCHUCMAN, L. V. **Desigualdade, relações raciais e a formação de psicólogo(as)**. Revista EPOS; Rio de Janeiro - RJ, v. 6, n. 2, jul-dez de 2015; ISSN 2178-700X; pág. 117-140. Disponível em: <https://bit.ly/3XEcOyb>.

SEYFERTH, G. (2018). **A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos**. Anuário Antropológico, 18(1), 175-203. Recuperado de: <https://bit.ly/3u7Drhl>

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

VEIGA, L. M. **Descolonizando a psicologia**: notas para uma Psicologia Preta. Fractal: Revista de Psicologia, v. 31, n. esp., p. 244-248, set. 2019. DOI: https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000

WEDDERBURN, C. M. **O Racismo Através da História: da Antiguidade à Modernidade**. Instituto Amma Psique Negritude, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3UfB6eX>. Acesso em 16/06/22.